

Pavese no Café Ceuta, de FRANCISCO DUARTE MANGAS

Valdemar Cruz

Há escritores assim. Escondem-se na sombra das sombras. Diluem-se no emaranhado dos dias numa espécie de voluntário exílio da luz empenhada em roubar-lhes o silêncio, a lânguida dormência de quem gosta de se aconchegar no seu recanto.

A partir daquele privilegiado espaço de quem observa sem ser visto, desfia misérias e grandezas do nosso pequeno mundo. São recados. De soberba e desejo. De paixão e inveja. De tentação e desespero. De abandono. De afogamento deliberado num universo estranho e único. Tão singular como o infinito. O mundo das palavras. Escritas. Ditas. Apenas sussurradas. Imaginadas. Apenas derramadas em quotidianos distantes.

Só nesses momentos o Francisco Duarte Mangas aceita, não banhar-se na luz, mas fazer ele próprio irradiar uma luz nova, diferente. Pelo apelo nela contido à partida. Pelo desejo de descoberta. Pela vontade imensa de fazer das palavras um jogo cruel. Em cada emaranhado de letras, um universo. Em cada encadeamento de sílabas, a enorme possibilidade de fuga para um lugar de ninguém. Virgem, como a inicial natureza que já só buscamos num tempo perdido.

É essa busca, é esse tempo outro, são esses mundos desaparecidos do nosso quotidiano demasiado condicionado pela urgência de um tempo onde deixou de haver tempo – para pensar, para refletir, para construir as palavras que ao serem construídas nos constroem a nós próprios – que povoam este conjunto de contos aglutinados à volta de um título enigmático.

Penso em **Terra Vegetal**, um dos últimos textos, e impõe-se-me ecos que parecem surgidos de outras eras. Falam de mundos que existem, estão por aí, ao lado do nosso dia a dia. Mas esse estar ao lado, marca a diferença. Francisco DM evoca-nos mundos sem o glamour capaz de os projetar para os ecrãs de televisão, para as páginas de sociedade de revistas que já se esqueceram do que é a sociedade. São mundos ignorados, desprezados, marginalizados, afogados na virtualidade e no fingimento das redes sociais.

“A baga do mirtilo, diz o mestre jardineiro, depura a vista”. É da terra que nos fala, de agricultores, de homens que acariciam as árvores e choram com o choro que lhes adivinham. Homens para quem a glória maior seria criar a mais genuína camélia do Porto.

Já há poucas camélias. Já pouca gente sabe distinguir uma camélia de um arbusto de mirtilos. E, no entanto, persiste a luta ditada pelo inconformismo e pelo desejo de manter a identidade abastardada. Em **O Povo do Monte** emerge a nostalgia de um passado violado. A memória da luta ditada pelo inconformismo e pelo desejo

de manter a identidade. Falar do presente através do passado, com o narrador a ousar entrar e sair da história, a ceder lugar a novos pontos de vista.

Há neste textos uma sensível poética da terra, à mistura com um apaixonado olhar pelo mundo dos livros e dos escritores, mesmo quando o narrador lhes desdenha a companhia ou os afasta do convívio por alguma pestilência que estaria inerente à sua proximidade.

Não é de agora que Duarte Mangas se pode incluir numa certa corrente da literatura organizada á volta de um universo telúrico, em que o campo, os seus saberes, os seus sabores ou os seus odores desempenham um papel crucial.

Essa vivência atravessa **Homens de Talaberte**, tal como já estivera presente em **A Palavra Perdida**. Deparamo-nos com a recuperação de um espaço, a ruralidade, da qual nos afastamos cada vez mais, porque a modernidade, o nosso viver urbano já só a concebe como lugar idílico, bucólico, de passagem fugaz. Assim como quem conserva uma aldeia do Portugal dos pequeninos ou satisfaz uma efémera curiosidade tão zoológica, quanto biológica, enquanto esquece que se trata de mundo com gente dentro. Mesmo se cada vez é mais mundo com cada vez menos gente. “Os rios, disseram perpétuos viajeros, desprezam a memória porque imunizam o ímpeto da juvenilidade”.

Os turistas da natureza terão sempre dificuldade em entender um conto como **O Último Habitante**.

Materializa-se ali um completo despautério, materializado numa história de amor por uma árvore das camélias. É um amor ardente, como diria o nosso vate maior. É um amor proibido, que pobre camponês não pode dar-se ao luxo de enxertar ramo para ter árvore própria. Sua. Para dela cuidar. Para a acariciar. Para sonhar diluído na sua sombra.

Pavese no Café Ceuta, que dá título ao livro, pode ser visto como uma súplica de toda essa busca, de toda essa tentativa de reencontro com universos que se complementam: a natureza e os livros. Por um lado a equívoca procura, no café errado, do poeta Eugénio. Por outro essa deambulação por pelo irresistível apelo da natureza:

“A folhagem da tília – escreve o narrador – invisível ferro caldo, marca um tempo da juventude. Quando o cocuruto atinge verdura plena, irrompe a época dos exames: tempo de alegria perturbada”.

Há uma pergunta desassossegadora: **“Podes amar uma cidade fora da geografia da tua infância?”**. Não há uma resposta única. Há momentos. Há instantes que nos marcam e agarram à cidade, seja qual for a idade. Cravam-se na memória e poderão sangrar, mas nunca se desvanecem. Como a memória, aqui evocada, de uma trágica madrugada de maio na Avenida dos Aliados. **“Povo escorraçado à força de bastão e balas”**. Povo dorido. Povo humilhado. Povo com mortos derramados na agrura dos seus rostos.

A evocação de Pavese antecipa um outro momento central desta oferenda de Duarte Mangas. Os livros e os escritores. No primeiro conto, **As meninas**, a primeira entrada do narrador é como bibliotecário. Navegar por entre aquelas páginas é abraçar a evocação, direta ou indireta, de vários escritores, alguns com referências subliminares, outros com nomeação direta. Mas com distância. Até porque, escreve, “escritor vivo só pode ser um heterónimo de escritor morto”. Até porque, prossegue, “Se um homem das belas letras, à nossa frente, indis põe – que dizer de um magote, como ratinhos em busca de jorna nas remotas searas do Sul? Quem atura a choldra? Que diria José se presenciasse a chusma de literatos, a tirar retratos, falando como pegas no auditório; em trânsito nos dois autocarros (...), juntos como prudentes excursionistas japoneses”.

É complexa a relação deste narrador com os escritores. Declara mesmo ser “Luísa o único escritor vivo que admiro. Não a pressinto heterónimo de ninguém”. Antevê-se que estará a falar de Luísa Dacosta. Nas últimas linhas do conto vem a referência absoluta: “Se a doutora Luísa Dacosta perguntar por mim, diga-lhe, por favor, que fui a Granada”. Talvez encontrar-se com um tal de Federico. Talvez Garcia Lorca.

Essa viagem apaixonada e apaixonante pelo mundo dos livros, dos bibliófilos, das tertúlias de sábado de manhã nos alfarrabistas, numa complexa manifestação de amor/ódio, prossegue em **Lenha Verde**, também útil para queimar livros dispensáveis. Mesmo se “não se

vende quem se ama”, e um livro é ou pode ser muito amado, os alfarrabistas só existem por, afinal, existir muito desamor pelos livros, logo compensado por esse amor às vezes louco, às vezes infinito, às vezes perdulário, que leva à busca incessante do livro raro, do livro único, da edição difícil de encontrar.

Diz o narrador: “Os livros, salvo raras exceções, não vinham ao meu encontro, não me eram impostos pelo gosto interesseiro e quase sempre transitório da maioria. Eu os procurava como índios, na sua transumante sobrevivência”.

E então, o narrador, qual pescador experimentado nas lides de mares revoltos, sai em demanda de horizontes outros proporcionados por peixe graúdo, capazes de alimentar o espírito de um jeito único, singular. Enreda-se no desejo de ficar cativo de quantos conseguem espriar pelos recantos de um terreno bravio, uma voz própria, poderosa, quantas vezes sábia. “Não se vende o que se ama”, escreve o narrador.

Mas o que se ama pode ser encontrado apenas porque alguém decidiu desfazer-se de uma preciosa edição de Aquilino, de um livro raro de Neruda editado em Buenos Aires. Porque nesse desamor, para empregar um vocábulo muito ao gosto de um notável conjunto de felizes construções que nos levam ao inesperado encontro com palavras como “descativar”, “desabitual”, “descativa”, “descaminha”, “desafeiçoaram-se”, “desmunicipiados”, - então, dizia, é esse desamor de

outrem que eventualmente vai permitir o inesperado encontro com uns “Poemas Orientais”, kai-kais japoneses, traduzidos por Casimiro de Brito, ou o deslumbramento pelo achamento de primeiras edições para as quais um leitor comum olhará sempre com indisfarçável indiferença, mas que um bibliófilo venera como quem se perde nas ladainhas oratórias motivadas pela devoção a um qualquer santo da sua predileção.

Como quem procura, alcança, lá aparecem as tentadoras visões de edições ansiadas de obras díspares de Cecília Meireles, António Osório, João Pedro Grabato Dias, Carlos Drummond de Andrade ou Mário Dionísio. E Pavese. Pavese, é claro. Foi o Alberto, escreve o narrador, “que me indicou Cesare Pavese. Meu heterónimo póstumo terá lido o Rio Grande, nunca viu porém esta primeira edição portuguesa: na capa, além de Pavese, o nome da co-autora da novela (novela ou romance?), Bianca Garfield”.

E, depois, o final desconcertante deste conto intitulado “**Floresta Verde**” “De repente a cave soturna do Farrapeiro de S. Vicente é rumorejante bosque. O homem que indaga o meu passado, e o enigmático motivo por que uma biblioteca tão límpida desagua naquele local, vê-se incapaz de suster o deslumbramento”.

A mim deslumbra-me esta associação de dois destinos, um final - a melancólica morte dos livros às mãos do farrapeira, logo associada ao momento primeiro do seu nascimento, numa figura embrionária em que a Floresta, ainda por cima verde, surge como metáfora. É que,

afinal, aquele farrapeiro pode não ser apenas um coveiro. Porque ele próprio leitor, e talvez leitor apaixonado, espalha a notícia. Ao fazê-lo, apela a outros leitores e resgata os livros de um destino sem retorno. Assim, iniciam uma nova vida, uma nova viagem. Até, quiçá, serem destroçados, fruto de um novo ato de desamor. O final é de esperança: “vão-de vir resgatar lenha verde da floresta”. Recomeça o ciclo.

Os livros são o resultado de uma conspiração cúmplice entre quem escreve e quem os lê. Mas os livros podem ser o lugar das mais inomináveis conspirações literárias, como a que num mesmo conto, intitulado “**Azul como Laranja**”, mistura Eugénio de Andrade com o jovem jogador de futebol Di Maria (“Torso de guerreiro de Tróia, uma tristeza épica nos olhos”), o Porto com Borges - esse mesmo, o José Luis, aquele sobre quem se sentencia: “Borges não se conjuga no passado; lê-se sempre”.

Pelo meio temos ainda a nefanda figura de Pelé. Tudo isto a cargo e por causa de alguém que, logo a abrir, no primeiro conto, escrevera: “desgosta-me o bairrista. Eu não vou à bola nem gosto de touradas”. Porém, e se partirmos de um princípio não confirmado, o de que o narrador de um conto é necessariamente o mesmo de outros contos, deparamos com reflexões surpreendentes para quem nem gosta de bola, mas está atento o bastante para proclamar uma verdade em que pouco meditamos: “Nós tempos que correm, desportivo parece jornal de economia: transferências, valor da imagem, passivo de milhões... opulência desmedida, António”.

Num livro feito de humor, de humores, de amor e muitos amores, de memórias, umas felizes, outras dolorosas, de tempos negros de um Portugal demasiado cinzento, demasiado amargurado, demasiado ensimesmado, demasiado tolhido na liberdade de ser, decidi, pela sua cortante atualidade, deixar para o fim um pequeníssimo conto intitulado “**Clandestino**”, no qual se evoca Pedro Homem de Mello, bolinhos de bacalhau, o café Ceuta e um Thomas de Figueiredo (com h) que questionado por Jorge, talvez Amado, sobre uma estátua que iria ser levantada a Salazar, responde: “Se a estátua for de trampa, eu mesmo ofereço o bronze”. “**Clandestino**” devolve-nos uma inesquecível Gabriela, a do Cravo e Canela, empenhada em calcorrear o Porto em demanda dos homens que dormiram com Gisberta, a transsexual espancada e abandonada até a morte por um grupo de adolescentes no Campo 24 de agosto.

A violência de género e em particular a violência contra as mulheres é hoje uma dramática e sistemática forma de violação dos direitos humanos. Demasiadas vezes esquecemo-nos de como a menorização e discriminação que as mulheres continuam a enfrentar, acompanhada de uma ultrajante e suposta superioridade, materializada num direito não escrito, mas assumido, de propriedade justificadora de todas as barbaridades, desencadeia sofrimentos indizíveis, sofrimentos sem fim, mortes. De mulheres. Apenas porque são mulheres.

Como já vai longo a viagem, termino com a evocação da professora Marilena Umezu que, quando Jair Bolsonaro assinou o decreto liberalizador da posse de armas no

Brasil, escreveu numa rede social: “Estamos a favor do porte de livros, já que a melhor arma para salvar os cidadãos é a educação”. No dia 13 de março o seu corpo jazia no chão crivado de balas.

Livros como este constituem uma arma poderosa. Assumem-se como um demolidor ataque ao obscurantismo. Graças à sua tremenda beleza estética, à riqueza da linguagem, à fantástica variedade do vocabulário utilizado, a demonstrar-nos como o português é uma língua infinitamente mais rica do que o fraseado do nosso dia a dia indicia, Francisco Duarte Mangas impõe-se como um guerreiro cujas armas são as palavras, acariciadas e acarinhadas como quem embala o mundo na palma de uma mão.

Quando temos alguém a dizer que “A poesia, se não for o lugar onde o desejo ousa fitar a morte nos olhos, é a mais fútil das ocupações, percebemos como **“Pavese no café Ceuta”** não é apenas um livro de contos. É uma extraordinária viagem através dos muitos mundos que nos coube testemunhar, viver e tentar transformar.

Lido no Café Ceuta, 21 de março de 2019